

ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO EM VALORES DA REGIÃO NORTE E SUDESTE

Claudiele Carla Marques da Silva (PPG – FCT - UNESP)
claudielecarla@hotmail.com

Maria Suzana De Stefano Menin (FCT - UNESP)
Agência financiadora: CNPq/PIBIC

Conflitos interpessoais na instituição educativa: relações interculturais, infância, juventude, gênero e raça

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq vinculada a uma pesquisa maior denominada **“Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras”**. Nesse artigo, analisaremos 100 experiências de Educação Moral desenvolvidas em escolas públicas das regiões Oeste do Estado de São Paulo e dos Estados ao Norte do país: Acre, Tocantins e Rondônia. As experiências foram coletadas por meio de questionários *on-line* ou escritos aplicados junto a diretores, coordenadores pedagógicos e professores de escolas de ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio. Examinamos as experiências descritas à luz de critérios extraídos da literatura atual sobre Educação Moral, nos baseamos, principalmente, nas contribuições teóricas de alguns autores da área, tais como: Piaget (1977; 1998; 1996), La Taille (2006; 2009), Araújo (2007), Puig (2004; 2007), Serrano (2002), entre outros. Levaremos em consideração nas análises: os temas, métodos, finalidades, tempo de duração, número de participantes, mudanças percebidas na escola e a participação da comunidade externa. A partir dos resultados obtidos pode-se perceber que os temas foram variados incluindo desde o ensino de valores até o combate às drogas; os métodos utilizados foram também diversos apresentando desde métodos participativos até transmissão e imposição de conteúdos pelo professor; as finalidades se apresentaram, principalmente, como o combate à violência e agressividade dos alunos; e, por fim, as mudanças no ambiente escolar relacionaram-se, principalmente, com as melhorias nas atitudes e no comportamento dos alunos. Os resultados dessa pesquisa abrem possibilidades para reflexões em relação a essa temática no país.

Palavras-chave: educação moral; educação em valores; escolas públicas.

INTRODUÇÃO

Esse estudo apresenta os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq vinculada a uma pesquisa maior denominada **“Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras”**, que contou com um grupo de pesquisadores participantes da ANPEPP (Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia), pertencentes a diferentes universidades brasileiras. Esta pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2008 a 2010 e contou com o auxílio financeiro do CNPq¹.

Esta pesquisa apresentou resultados de uma investigação de experiências brasileiras bem sucedidas de Educação Moral e/ou Educação em Valores morais (ou éticos) em escolas públicas de ensino fundamental e médio.

A questão do que é uma “experiência bem sucedida” de educação moral já é, por si, intrigante. De que “tamanho” deve ser esta experiência? Envolvendo quantos participantes e espaços escolares ou sociais? Por quanto tempo? Quais as suas finalidades? Métodos e resultados? Como avaliá-la?

Nesse estudo, analisaremos 100 experiências desenvolvidas na região Oeste do Estado de São Paulo e Estados ao Norte do país: Acre, Tocantins e Rondônia. Examinaremos as experiências descritas à luz de critérios extraídos da literatura atual sobre Educação Moral, considerando nas análises: os temas, métodos, finalidades, tempo de duração, o número de participantes, mudanças percebidas na escola e a participação da comunidade externa. Para tanto, nos baseamos nas contribuições teóricas de alguns autores da área, tais como: Piaget (1977; 1932/1996), Menin (1996; 2002), La Taille (2006; 2009), Araújo (2007), Puig (2004; 2007), Cortina (2003), Cortella (2009), Serrano (2002), entre outros.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq processo nº 470607/2008-4, que contou com pesquisadores de diversas regiões do Brasil: Maria Suzana de Stefano Menin (coordenadora da pesquisa); Maria Teresa C. Trevisol (vice-coordenadora); Alessandra de Moraes Shimizu; Ana Valéria Lustosa; Denise Tardeli; Heloisa M. Alencar; Juliana Ap. M. Zechi; Leonardo Lemos de Souza; Luciana S. Borges; Márcia Simão; Patrícia Bataglia; Raul Aragão Martins; Solange Mezzaroba; Ulisses Ferreira Araújo; Valéria Amorim Arantes de Araújo.

Como a moral e a ética não são inatas, mas sim construídas socialmente, sempre foi necessária uma educação moral. Os dias de hoje, não fogem a essa regra, tendo em vista as constantes queixas de violências, desrespeito, intolerância e preconceito tanto dentro quanto fora da escola.

A escola desenvolve um papel de primeira magnitude nessa educação, pois a escola é permeada de valores éticos e de convivência. Por esse motivo, a escola se caracteriza como “uma verdadeira usina de sentidos, sentidos de vida (ética) e de convivência (moral), e não há outra instituição social de que se possa dizer o mesmo” (LA TAILLE, 2009, p.80) e, segundo Serrano (2002, p.58) “A escola tem que ser, ela própria, um lugar onde se convive na tolerância e na igualdade, contribuindo assim, mais até do que com os conhecimentos, para iniciar a vida social e democrática dos jovens”.

Primeiramente, faz-se necessário conceituar o que entendemos por Educação Moral. Consideramos Educação Moral e Educação em Valores como sinônimos, pois muitas vezes quando os educadores se referem ao âmbito da Educação em valores, estão explícitas escolhas e finalidades morais (Menin et al, 2010, p.3). Adotar-se-á, como ponto de partida, que essa educação deve envolver “todas as ações educacionais relacionadas ao desenvolvimento valorativo do sujeito. Por isso, deve constituir um âmbito de reflexão individual e coletiva que permita elaborar racional e autonomamente princípios gerais de valor” (SERRANO, 2002, p. 62). Assim, a Educação Moral deve basear-se na construção racional e autônoma de princípios e normas universais.

Alfayate (2002) reforça que “educar na dimensão moral da pessoa significa educar sua autonomia, sua racionalidade, sua capacidade de diálogo [...] que envolvam o pensar e o agir de cada ser humano, para que, respeitando a liberdade de todas as pessoas, sua maturidade ética seja possível” (p. 53).

A educação moral deve possibilitar subsídios para que o aluno seja capaz de analisar criticamente sua realidade social e as normas sócio morais vigentes a fim de idealizar formas mais justas de convivência, tanto na escola

como na comunidade. Além disso, busca-se “[...] aproximar os educandos de condutas e hábitos mais coerentes com os princípios e as normas que tenham constituído” (SERRANO, 2002, p. 62).

Uma experiência bem sucedida de Educação Moral pode ser caracterizada, utilizando a contribuição teórica de alguns autores da área, tais como: Piaget (1977; 1930/1996; 1935/1998), Menin (1996; 2002; 2007), La Taille (2006; 2009), Araújo (2007), Puig (2004; 2007), Cortina (2003), Cortella (2009), Serrano (2002), Jares (2006), entre outros.

Entre esses autores, há aspectos em comum sobre o que consiste uma experiência bem sucedida. Primeiramente, há a crença de que a escola deve imbuir-se do compromisso de educar moralmente seus alunos.

Postula-se que a educação moral tem a finalidade desenvolver a autonomia moral dos alunos, para que estes sejam capazes de entender e transformar sua realidade social através do debate e do diálogo, orientados por princípios morais como a justiça, a solidariedade, o respeito e a cooperação.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - Temas Transversais – (BRASIL, 1998) esta educação não deve se limitar a uma disciplina específica, mas ser, de preferência, transversal aos programas curriculares, alcançando o maior número possível de espaços e participantes escolares, bem como a participação da comunidade, tendo continuidade na escola pelas várias séries e anos. Segundo Araújo (2007) é preciso direcionar as ações e esforços:

[...] alicerçada em três tipos de ações independentes, mas complementares: a) a inserção transversal e interdisciplinar de conteúdos de natureza ética no currículo das escolas; b) a introdução de sistemáticas que visam à melhoria e à democratização das relações interpessoais no dia-a-dia das escolas; c) uma articulação dessas ações com a família e com a comunidade onde vive a criança, de forma que tais preocupações não fiquem limitadas aos espaços, aos tempos e às relações escolares (p. 37-38).

Nesta educação, devem ser explicitados, discutidos e reconstruídos e não simplesmente transmitidos, valores, regras e princípios que norteiam o como

viver numa sociedade justa e harmoniosa (MENIN, 2002). Além disso, deve dar-se por meios baseados no diálogo, na participação democrática, no respeito mútuo; enfim, procedimentos e estratégias que se resultem na construção de indivíduos autônomos através de relações pessoais.

[...] a formação moral de alunos e/ou de professores passa, obrigatoriamente, pelo exercício da construção de valores, regras e normas pelos próprios alunos e/ou professores entre si e nas situações em que sejam possíveis relações de trocas intensas; troca de necessidades, aspirações, pontos de vistas diversos, enfim: quanto maiores e mais diversas forem as possibilidades de trocas entre as pessoas, mais amplo poderá ser o exercício da reciprocidade – pensar no que pode ser válido, ou ter valor, para mim e para qualquer outro (MENIN, 2002, p.97).

Essa educação deve resultar em formas conscientes e autônomas de valores morais de modo que os mesmos passem a fazer parte da personalidade – moral – dos alunos.

Finalizando, podemos sintetizar, nas palavras de Cortella (2009, p. 35), que:

[...] o universo educacional em que os sujeitos vivem deve estar permeado por possibilidades de convivência cotidiana com valores éticos e instrumentos que facilitem relações interpessoais pautadas em valores vinculados à democracia, à cidadania e aos Direitos Humanos. Com isso, fugimos de um modelo de educação em valores baseado exclusivamente em aulas de religião, moral ou ética e compreendemos que a construção de valores morais se dá a todo instante, dentro e fora da escola. Se a escola e a sociedade propiciarem possibilidades constantes e significativas de convívio com temáticas éticas, haverá maior probabilidade de que tais valores sejam construídos pelos sujeitos.

Neste texto apresentaremos, com base na literatura apresentada, uma análise de 100 experiências de Educação Moral: 50 da Região Oeste do Estado de São Paulo e 50 da Região Norte, especificamente os Estados do Acre, Rondônia e Tocantins.

METODOLOGIA

Para esse trabalho que agora apresentamos serão analisadas 100 experiências: 50 da Região Oeste do Estado de São Paulo e 50 da Região Norte, especificamente os Estados do Acre, Rondônia e Tocantins.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados, após contato e autorização das Secretarias de Educação dos Estados, através de questionários na forma *on-line* ou escrita aplicados junto a diretores, coordenadores pedagógicos e professores de escolas públicas de ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio de diferentes estados brasileiros.

O questionário completo da pesquisa apresentou 24 questões sendo algumas objetivas e outras dissertativas. As primeiras questões foram para apreender as representações dos gestores e professores, por meio das questões: a escola deve dar Educação Moral? Por quê? Como ela deveria ser? As demais questões do questionário referiam-se às experiências de educação moral que as escolas tinham realizado. Inicialmente, solicitou-se uma descrição geral, seguido de esclarecimentos mais detalhados sobre os projetos: finalidades, conteúdos, meios empregados, participantes, tempo de duração, relações da experiência com a comunidade extraescolar e se receberam formação específica para sua realização.

RESULTADOS

Os respondentes, todos de escola pública, se constituíram de diretores (26%), coordenadores pedagógicos (34%) e professores (31%). Destes 36% atuam no Ensino Fundamental, 9% no Ensino Médio e 41% em ambos os níveis de ensino.

Dentre os **temas** relatados nas experiências, constatamos muita diversidade. O tema que mais compareceu nos projetos desenvolvidos pelas escolas do Estado de São Paulo é o Ensino de valores (27%), tais como: respeito,

respeito e/ou conservação do meio ambiente, solidariedade, amizade, paz, união, cooperação, tolerância, boas maneiras, honestidade, e humanidade. Vale destacar, que nas análises constatamos que alguns valores adotados como tema não se referem a valores morais, tais como “boas maneiras”, pois, assim como aponta La Taille (2009), há uma mistura de valores sendo que, a rigor, tudo é valor e nada é valor.

Serrano (2002) aponta a necessidade de trabalhar os valores morais nas escolas, principalmente no ensino médio, pois é essencial para a formação de um homem melhor “vivemos em um mundo submerso em uma profunda crise de valores. É necessário formar a juventude nos valores morais [...]. Portanto, é necessária a conformação de uma perspectiva de ser humano, de pessoa, capaz de conduzir a si mesmo, de saber para onde se dirigir” (SERRANO, 2002, P. 76). Vale destacar que na literatura da área alguns autores são unânimes em afirmar que devem ser explicitados, discutidos e reconstruídos e não simplesmente transmitidos valores (MENIN et al., 2010; LA TAILLE e MENIN, 2009; LA TAILLE, 2009; ARAÚJO 2007).

Já na região Norte a ênfase dos temas foi em relação aos Direitos Humanos (20%), tais como: direitos de portadores de necessidades especiais, direitos das crianças, adolescentes e idosos. Em menor quantidade na região Norte compareceu os direitos das minorias (2%) com valorização da diversidade cultural e em busca de diminuição e/ou combate ao preconceito, principalmente racial. Menin (2009) aponta que essa educação deve ter como finalidade o fortalecimento de valores considerados universalizáveis, como os da declaração dos Direitos Humanos.

Essa tendência a temas referentes aos Direitos Humanos pode estar relacionadas a um incentivo do Ministério da Educação (MEC) em que se propõe às escolas a inclusão da Educação em Direitos Humanos, na qual os princípios e os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) são focos de conhecimento, de vivências e de possíveis incorporações pelos alunos. Acredita-se que a Declaração – por expressar um código reconhecido

mundialmente com valores universalizáveis - é a melhor explicitação de princípios e valores éticos que temos e que conhecê-la, compreendê-la, pô-la em prática é a melhor forma de educar moralmente. Dessa forma, essa temática está voltada para a aprendizagem e o exercício do respeito a diversos Direitos Humanos (MENIN et al., 2010).

Ainda em relação aos temas, algumas experiências, de ambas as regiões analisadas, destacam a Cidadania: Direitos e deveres do cidadão, civismo e formação de lideranças (34%). O tema da cidadania pode ter influências do PCNs que apontam em seus objetivos “compreender a cidadania como participação social [...], assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais” (BRASIL, 1998, p. 9).

Em outras experiências, de ambas as regiões, os temas estão relacionados à gravidez precoce, ao combate às drogas e doenças sexualmente transmissíveis (27%).

Vale destacar que há poucas experiências se remetem ao desenvolvimento da autoestima do aluno, a formação profissional e a formação política, tais como: Direitos trabalhistas, formação política e voto consciente. Por fim há afirmações genéricas, em ambas as regiões, nas quais os respondentes apenas citaram temas como “Ética” ou “Cidadania”, sem maiores definições.

Em relação às **finalidades** apresentadas, ou seja, por que a experiência aconteceu, observamos que 27% dos respondentes da região Norte apresentaram como finalidade a diminuição da violência e de conflitos, bem como, a melhoria das relações na escola e a disciplina da sala.

Acreditamos que essas finalidades podem estar relacionadas a problemas imediatos e internos da escola, sem que seja realizada uma educação em longo prazo.

Considerando a literatura na área, a Educação Moral tem por finalidade o desenvolvimento da autonomia moral dos alunos, para que estes sejam capazes de entender e transformar sua realidade social por meio do debate e do diálogo, orientados por princípios morais como a justiça, a solidariedade, o respeito e a

cooperação. Além disso, os projetos de Educação Moral devem ter objetivos mais amplos que ultrapassem os muros da escola (SERRANO, 2002).

A categoria que mais compareceu na região Oeste do Estado de São Paulo é relacionada à formação da cidadania (25%), essa categoria é a segunda que mais aparece nas respostas dadas pelos agentes da região Norte (23%). Ou seja, a finalidade buscada pelas experiências é a formação de cidadãos mais conscientes de seus deveres e direitos, sensibilização para o trabalho coletivo, o zelo pelo bem público, bem como, aumentar o respeito às regras e limites da sociedade. Sobre a cidadania Béal (2002) aponta que “É evidente que ninguém nasce cidadão, mas que se torna cidadão. Não se trata de um estado [...] mas de uma gestão evolutiva, de uma conquista permanente. O cidadão é capaz de intervir na cidade, de exercer um ponto de vista sobre as coisas” (BÉAL, 2002, p. 130).

Algumas experiências, de ambas as regiões, apontaram como finalidade o Ensino de Valores como, por exemplo, a solidariedade e o voluntariado; ou ainda, assinalaram o Ensino de Valores sem especificar quais (16%). Como já foi discutido, o ensino de valores é defendido por diversos autores na área. Alfayate (2002) explicita que é necessário refletir antemão sobre quais valores e qual modelo de educação pretendemos oferecer aos alunos. “Para isso, devemos enumerar todos os valores que definam o âmbito ideológico dos princípios de identidade da escola e, então, priorizar alguns deles e definir o que se entende por cada um dos valores, para que posteriormente não haja interpretações diferentes” (ALFAYATE, 2002).

Mesmo com pouca incidência, alguns projetos, de ambas as regiões, apontaram como finalidade o esclarecimento sobre o uso das drogas, cuidados com a saúde e questões relacionadas à sexualidade, buscando promover assim a qualidade de vida nessas áreas.

Categorias como consolidar a autoestima, suprir a falta de expectativas e dar uma visão de futuro para o aluno são pouco apontadas pelos agentes escolares como finalidade para os Projetos de Educação Moral. Em relação a

isso, La Taille (2009) aponta que, devido a certas conseqüências da contemporaneidade, os jovens estão vivendo uma ausência ou medo em relação ao projeto de vida, sendo que o importante “é o aqui e agora, o que importa é não envelhecer, não pensar no amanhã” (2009, p. 43), seguindo assim o lema do “Carpe diem”. Mas, para o autor, essa é a mais negativa forma de estruturação de valores, pois, principalmente os jovens, vivem de forma desesperada o presente. Nesse sentido, é necessário que a escola ofereça possibilidades de pensar o futuro, fazendo com que os alunos reflitam sobre o amanhã, ou seja, que respondam à pergunta: Quem eu quero ser?

Outra categoria pouco apontada como finalidade é aquela relacionada ao respeito à diversidade cultural, a discriminação, ao repúdio e ao combate ao preconceito. Entretanto, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos propõe o debate e a reflexão constante sobre o enfrentamento das diversas formas de discriminação (BRASIL, 2009).

Em relação aos **métodos** utilizados, grande parte das experiências, tanto da região Oeste do Estado de São Paulo (52%) quanto da região Norte (65%), utilizaram métodos baseados em atividades diversas, como: palestras, debates, vídeos, filmes, músicas, poesias, pesquisas, confecção de cartazes, visitas a entidades da comunidade acompanhada de arrecadação e doação de donativos, desfile cívico; momentos culturais, como ida a museus, teatros, “momento da acolhida” entre outros.

Outro método utilizado, tanto na Região Oeste do Estado de São Paulo (23%) quanto na Região Norte (21%) referiu-se à transmissão dos temas/valores pelo professor, que nos pareceu ocorrer sem a reflexão e participação ativa dos alunos, com a utilização de data-show e exercícios escritos. Cabe destacar aqui, que este método pode não ser considerado como bem sucedido, pois Piaget (1930/1996; 1935/1998) apresenta o método ativo como o mais favorável para desenvolver na criança aspectos como a responsabilidade, justiça, verdade, objetividade e cooperação mútua. Puig (2007) reforça que a escola, que busca formar para a cidadania, deve permitir que os alunos sejam

protagonistas, com papel menos testemunhal e mais ativo, na classe, nas assembleias e nos conselho. Enfim, formar na escola uma cultura de deliberação e cooperação.

Apesar de pouca incidência compareceu como estratégia na Região Oeste do Estado de São Paulo (7%) os meios baseados em situações do cotidiano escolar, como a resolução de conflitos. Para Serrano (2002) a resolução de conflitos pode ser um grande aliado na Educação Moral, pois é necessário que os alunos acostumem-se a resolver conflitos que podem surgir entre eles e ao longo da vida. Nesse sentido, Serrano aponta que “as estratégias de resolução do conflito devem conduzir à consecução dos Direitos Humanos e dos valores sociais e ao estímulo à plena participação das partes em conflito. É preciso abordar os conflitos com ânimos construtivos, orientado a obter um acordo que ponha fim a eles.” (SERRANO, 2002, p. 149). Vale destacar que a estratégia de resolução de conflitos não ocorreu na região Norte.

Em menor proporção, algumas experiências da na Região Norte (6%) apresentaram como método o ensino religioso. O ensino religioso geralmente trata do ensinamento de valores que orientam a convivência das pessoas, mas que se baseiam na fé, na busca de salvação eterna, ou do perdão aos pecados (MENIN et al., 2010 apud CORTINA, 2003). Dessa forma, não abre possibilidades para as divergências e reflexões sobre o fundamento dos valores tratados. Em contrapartida, algumas experiências da Região Oeste do Estado de São Paulo (5%) utilizaram os temas transversais como meio dos projetos de Educação Moral. Os temas transversais são apontados pelos PCNs (BRASIL, 1998) como os mais indicados para trabalhar questões relacionadas à ética. Isso porque os temas são abordados a todo o momento e em todas as disciplinas, ou seja, as questões relativas a valores humanos devem permear todos os conteúdos curriculares.

Em relação ao **tempo de duração** dos projetos, constatou-se no Estado de São Paulo que as experiências foram longas, pois quase metade delas (47%) durou mais de seis meses. Por outro lado, na região Norte (53%) a média de

duração das experiências foi curta, pois mais da metade das experiências tiveram duração inferior a 30 dias.

Em relação ao **número de participantes**, constatamos que nas experiências de ambas as regiões, participaram a equipe gestora, os alunos e os funcionários da escola. Algumas experiências envolveram também as famílias, entidades externas à escola e, em poucos casos, outras escolas.

Destaca-se nas experiências a grande quantidade de participantes, 77% das experiências da região Norte contaram, segundo os respondentes, com mais de 100 pessoas nos projetos desenvolvidos. Já na região Oeste do Estado de São Paulo a quantidade de pessoas variou entre 30 e mais de 100 pessoas.

Quando questionados sobre a **participação da comunidade** extraescolar, 50% dos respondentes da região Oeste do Estado de São Paulo relataram que as experiências citadas não foram provocadas pela comunidade externa. Por outro lado, na região Norte 72% apontou que de alguma forma houve a participação da comunidade nos projetos de Educação Moral. Dos que afirmaram que a experiência foi provocada pela comunidade, 21% dos respondentes da região Norte e 15% dos respondentes da região Oeste do Estado de São Paulo apontaram que esta se desenvolveu devido aos problemas presentes na sociedade como a violência, a falta de preservação com o patrimônio público e a falta de liderança.

Em 21% das experiências da região Norte há uma participação da comunidade ajudando e valorizando os trabalhos produzidos pelos alunos. Por outro lado apenas 5% das experiências da região Oeste do Estado de São Paulo fazem à mesma afirmação. Esse fato não garante que as experiências tenham sido provocadas pelas necessidades da comunidade local.

A terceira categoria mais apontada é relacionada à ausência dos pais em relação à educação dos filhos. Dessa forma, 11% dos respondentes da região Norte e 5% dos respondentes da região Oeste do Estado de São Paulo apontam que a comunidade provocou a experiência em função da ausência dos

pais e/ou da família: pais não acompanham os filhos; pais só vêm à escola quando convocados; grande ausência dos responsáveis nas reuniões escolares.

Quando questionados sobre a ocorrência, ou não, de **mudanças no ambiente escolar** com a experiência, 87% dos respondentes de ambas as regiões foram afirmativos. As justificativas para o sucesso da experiência são relacionadas às melhorias no relacionamento entre alunos e/ou na escola: alunos mais atentos a direitos e deveres na escola; menos agressivos, mais calmos e educados; melhorias nos alunos em relação à construção e/ou consolidação de valores específicos, tais como: alunos com mais respeito pelos diferentes e pelo outro, melhora na consciência ecológica; e, apesar da pouca integração entre a escola e a comunidade, acima demonstrada, a terceira categoria mais apontada é em relação à melhora na conservação da escola e a maior valorização da escola pela comunidade. Esse dado abre possibilidades para futuras reflexões sobre as motivações que levaram a comunidade valorizar mais as escolas.

Cerca de 75% dos respondentes de ambas as regiões disseram realizar **avaliações** nos projetos de Educação Moral e os métodos avaliativos que descreveram foram variados. Porém, apesar de grande parte das respostas dadas afirmarem que realizaram avaliações, não são claros os métodos avaliativos utilizados.

Em relação à **formação** para realizar esses projetos de Educação Moral que nos relataram, cerca de 70% dos agentes escolares disseram que não tiveram qualquer tipo de formação ou capacitação. Dentre os que receberam formação, parte da região Oeste do Estado de São Paulo (17%), realizaram cursos oferecidos pelas Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação e/ou Conselhos Estaduais de Educação. Na região Oeste do Estado de São Paulo, nenhum agente escolar relatou que participou de cursos oferecidos pelo MEC ou por Universidades. Por outro lado, na região Norte, 8% dos cursos realizados pelos agentes escolares foram cursos do MEC, do Governo Federal ou cursos oferecidos pelas Universidades.

Constata-se que não há uma grande preocupação, por parte dos setores públicos, em relação à formação dos profissionais da educação para trabalhar com questões relacionadas à Educação Moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos nas experiências analisadas pontos positivos e negativos. Entre os pontos positivos destacamos os projetos que descreveram temas voltados à construção de valores e utilizaram métodos democráticos e participativos.

Destacamos, também, a quantidade de escolas públicas que desenvolvem, mesmo sem formação específica, projetos de Educação Moral. E, mesmo que parte dos projetos não respondam a todos os critérios que são elencados pela literatura para serem consideradas “bem sucedidas”, eles, de fato, desenvolvem um trabalho que envolveu alunos, agentes escolares e, em alguns casos, as famílias por meio de temas e métodos diversos.

Outro ponto que destacamos como positivo é o tempo de duração dos projetos, em média mais de seis meses na região Oeste do Estado de São Paulo. O que demonstra uma continuidade no trabalho desenvolvido por essas escolas.

O número de participantes é outro ponto que destacamos como positivo, na maioria dos projetos o número médio é de 100 pessoas. Podemos pensar que grande parte dos projetos não se limitou a ações isoladas de um professor com seus alunos.

Como ponto negativo, destacamos a desarticulação entre os projetos de Educação Moral desenvolvidos na escola e a comunidade da região Oeste do Estado de São Paulo. Apesar de os agentes educacionais e professores, que participaram da pesquisa, apontarem, frequentemente, uma crise de valores na sociedade atual e no entorno escolar onde vivem seus alunos, não há, em grande parte dos projetos de Educação Moral desenvolvidos por essas escolas,

referência a relações com a comunidade. Uma indagação se faz necessária, mesmo que não seja possível responde-la neste artigo: apesar de reconhecido os problemas presentes na comunidade onde vivem os alunos, os projetos realizados limitam-se a resolver problemas internos da escola como, por exemplo, indisciplina dos alunos?

Outro ponto que destacamos como negativo é o pouco investimento dos setores públicos na formação específica nesta área, pois apenas 20% realizaram algum curso de formação.

Dessa forma, concluímos que experiências bem sucedidas podem acontecer em escolas públicas e não são apenas construções utópicas de teóricos. Mas ainda há muitas limitações a serem superadas. Assim, é necessário considerar as condições das escolas públicas brasileiras e, nesse sentido, admitir as possibilidades diante das precariedades que estas enfrentam.

Portanto, acreditamos ser necessários cursos de formação e/ou capacitação para que os agentes escolares possam desenvolver, da melhor forma possível, questões relacionadas à Educação Moral.

Para finalizar, ressaltamos que essa é uma análise de experiências de Educação Moral realizadas em escolas públicas brasileiras, a qual abre possibilidades para diversas reflexões em relação a essa temática no país, principalmente, sobre o que tem sido feito e o que ainda se pode fazer a partir desses dados.

REFERÊNCIAS

ALFAYATE, M. G. Para um sistema básico de valores compartilhados no Projeto Educativo de Centro. In: NIEVES, A. M.; et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (org.). **Educação e valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007. (Coleção pontos e contrapontos).

BÉAL, Y. Cidadão no saber e/ou no mundo? In: APAP, G. **A construção dos saberes e da cidadania**: da escola à cidade. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental; **Parâmetros Curriculares Nacionais**; terceiro e quarto ciclo: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORTELLA, M. S.; LA TAILLE, Y. **Nos Labirintos da Moral**. 5. ed. Campinas: Papirus 7 Mares, 2009. (Papirus Debates).

CORTINA, A. **O fazer ético**: guia para educação moral. São Paulo: Moderna, 2003.

JARES, X. R. **Pedagogia da Convivência**. Tradução: Elisabete de Moraes Santana. Palas Athenas, 2006

LA TAILLE, Y. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y; MENIN, M. S.; et al. **Crise de Valores ou Valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

MENIN, M. S. S. Injustiça e escola: representações de alunos e implicações pedagógicas. In: TOGNETTA, L. R. P. **Virtudes e educação**: o desafio da modernidade. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. **Valores na escola**. Educação e Pesquisa, v. 28, n. 1, 91-100, 2002.

_____. Desenvolvimento moral. In: MACEDO, L. (Org.) **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MENIN, M. S. S.; ZECHI, J. A. M.; SILVA, C. C. M.; OLIVEIRA, A. P. Educação Moral ou Educação em Valores nas escolas: concepções de educadores em escolas públicas brasileiras. In: Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul, 8., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, 2010. p. 1-12.

PIAGET, J. É possível uma educação para paz?. In: PARRAT, S.; TRYPHON, A. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. Os procedimentos de educação moral. In: MACEDO, L. (Org.) **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

_____. (1932) – **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PUIG, J. M. Aprender a viver. In: ARAÚJO, U.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (org). **Educação e valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007. (Coleção pontos e contrapontos).

_____. **Práticas morais: uma abordagem sociocultural da educação moral**. São Paulo: Moderna, 2004.

SERRANO, G. P. **Educação em valores: como educar para a democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2002.